

**RAIA DROGASIL S.A.**

CNPJ/ME Nº 61.585.865/0001-51  
NIRE 35.300.035.844

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS**

**Assembleia Geral Extraordinária a ser  
realizada em 15 de setembro de 2020**

**11 de agosto de 2020**

# RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/ME Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2020

### SUMÁRIO

Mensagem da Administração .....	3
Agenda da Assembleia Geral Extraordinária .....	4
Local de Realização da Assembleia .....	5
Participação na Assembleia .....	6
Estatuto Social da Companhia – Assembleia .....	8
Proposta da Administração .....	10
(a) <i>Deliberação sobre proposta de desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente na data da deliberação, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do caput e parágrafo quinto do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia</i> .....	10
(b) <i>Alteração do parágrafo quarto do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia</i> .....	10
(c) <i>Alteração do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia</i> .....	10
(d) <i>Consolidação do Estatuto Social da Companhia</i> .....	10
(e) <i>Aprovação do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)</i> .....	11
<b>ANEXO I</b> .....	<b>12</b>
<i>Alterações Estatutárias Propostas</i> .....	12
<b>ANEXO II</b> .....	<b>17</b>
<i>Estatuto Social Consolidado</i> .....	17
<b>ANEXO III</b> .....	<b>37</b>
<i>Cópia do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)</i> .....	37
<b>ANEXO IV</b> .....	<b>45</b>
<i>Informações acerca do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)</i> .....	45

## Mensagem da Administração

Prezado Acionista,

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”), companhia listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), tem o prazer de convidá-lo a participar de sua Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”), convocada para ser realizada, em primeira convocação, em 15 de setembro de 2020, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo.

O presente Manual tem por objetivo apresentar, de forma clara e sucinta, as propostas a serem discutidas na AGE, assim como os procedimentos necessários para garantir seu comparecimento e participação.

Informamos, ainda, que, caso ainda exista alguma dúvida em relação às informações divulgadas, esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail [juridico.societario@rd.com.br](mailto:juridico.societario@rd.com.br) e/ou [ri@rd.com.br](mailto:ri@rd.com.br).

Por fim, considerando o cenário atual de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19, a administração da Companhia encoraja os acionistas a exercerem remotamente o seu direito de voto, via boletim de voto à distância, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente à AGE. A Companhia está atenta às repercussões da pandemia e eventuais medidas que possam afetar a realização da assembleia ora convocada serão prontamente comunicadas aos acionistas pelos canais aplicáveis.

## Agenda da Assembleia Geral Extraordinária

Serão submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas as propostas a seguir apresentadas. Mais informações acerca das propostas encontram-se disponíveis na Proposta de Administração e sessão de anexos deste Manual, os quais encontram-se disponíveis no site da Companhia (<https://ri.rd.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>).

- (i) Desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 (cinco) ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente na data da deliberação, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do caput e do parágrafo quinto do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia;
- (ii) Alteração do parágrafo quarto do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) Alteração do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia;
- (iv) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e
- (v) Aprovação de Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”).

## Local de Realização da Assembleia

A Assembleia Geral Extraordinária será realizada, em primeira convocação, no dia 15 de setembro de 2020, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo, conforme destacado no mapa abaixo.

No entanto, como já mencionado, considerando o cenário atual de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19, a administração da Companhia encoraja os acionistas a exercerem remotamente o seu direito de voto, via boletim de voto à distância, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente à AGE.

Caso algum Acionista opte por participar presencialmente, recomenda-se que se apresente no local com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos em relação ao horário indicado, sendo obrigatório o uso de máscara para acesso à sede da Companhia e participação na AGE.

## Participação na Assembleia

Poderão participar na AGE todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas da Companhia, pessoalmente ou através de representantes legais e procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia – Itaú Unibanco S.A.

A fim de viabilizar a sua participação na AGE, os Acionistas deverão apresentar a seguinte documentação:

- Documento que comprove sua qualidade de acionista, qual seja, comprovante das ações escriturais de sua titularidade expedido pelo agente custodiante (ou o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas)
- Documentos que comprovem a sua identidade, em via original ou cópia autenticada, quais sejam:

<b>a. Pessoa Física</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas)</li><li>○ Caso representado por procurador<sup>1,2</sup>, procuração e documento de identidade do procurador</li></ul>
<b>b. Pessoa Jurídica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado</li><li>○ Caso representado por representante legal, documentos societários que indiquem a sua eleição e documento de identidade com foto do representante</li><li>○ Caso representado por procurador<sup>1,3</sup>, procuração e documento de identidade com foto do procurador</li></ul>
<b>c. Fundo de Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Regulamento consolidado do fundo</li><li>○ Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado do administrador ou gestor do fundo</li><li>○ Documento de identidade com foto do representante legal</li></ul>
<b>d. Estrangeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Mesma documentação aplicável aos Acionistas brasileiros, sendo que os documentos emitidos no exterior, tais como procurações e documentos societários, deverão ser devidamente notariados e apostilados/consularizados<sup>1</sup>, ficando dispensada a tradução juramentada de documentos lavrados em português, inglês ou espanhol ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas</li></ul>

<sup>1</sup> A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico. Em decorrência do cenário da pandemia do COVID-19 e visando facilitar a adoção, pelo Acionista, da alternativa de voto à distância para participação na Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma, a notarização e a consularização dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais para aceitação do Boletim de Voto à Distância, admitindo o envio da referida documentação apenas para o endereço eletrônico indicado nas orientações do Boletim, condicionado à confirmação expressa da Companhia quanto ao recebimento e suficiência de tais documentos.

<sup>2</sup> O acionista pessoa física pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme exigido pelo §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

<sup>3</sup> Em observância à decisão do Processo CVM nº RJ2014/3578, para representação de acionista pessoa jurídica, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro. Dessa forma, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os estatutos ou contratos sociais das respectivas pessoas jurídicas podem participar da Assembleia Geral ainda que não sejam acionistas, administradores ou advogados.

Seguindo a prática adotada nos últimos exercícios sociais, solicitamos que, preferencialmente, cópia da documentação aqui mencionada seja enviada à Companhia por correio ou por e-mail, até 11 de setembro de 2020, conforme orientações abaixo:



Raia Drogasil S.A. | Diretoria Jurídica  
Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097  
São Paulo – SP, CEP 05339-000



At. Diretoria Jurídica  
E-mail: juridico.societario@rd.com.br  
e/ou ri@rd.com.br

O envio prévio da documentação tem como objetivo proporcionar celeridade no cadastramento dos Acionistas e otimizar os trabalhos na Assembleia. Entretanto, o Acionista que comparecer à Assembleia munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

O Acionista poderá optar por exercer seu direito de voto à distância, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente na Assembleia ou indicar representante ou procurador para representá-lo.

Para tanto, o Acionista deverá preencher o Boletim de Voto à Distância disponibilizado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e enviá-lo à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia. As instruções para preenchimento e envio do Boletim de Voto à Distância estão devida e detalhadamente discriminadas no Boletim divulgado pela Companhia.

O Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia e/ou pelo custodiante e/ou pelo escriturador, conforme aplicável, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia (convocada para o dia 15 de setembro de 2020). Boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados. Nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), em até 3 (três) dias contados do recebimento dos Boletins, acusaremos o recebimento de tais documentos e informaremos se haverá necessidade de realizar qualquer tipo de retificação.

Caso o Acionista opte por enviar o Boletim diretamente à Companhia, deverá ser observada a entrega da seguinte documentação adicional: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76, para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e (ii) documento de identificação, nos termos previstos acima.

Em decorrência do cenário da pandemia do COVID-19 e visando facilitar a adoção, pelo Acionista, da alternativa de voto à distância para participação na AGE, a Companhia, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma, a notariação e a consularização dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais para aceitação do Boletim de Voto à Distância, admitindo o envio da referida documentação apenas para o endereço eletrônico indicado nas orientações do Boletim, condicionado à confirmação expressa da Companhia quanto ao recebimento e suficiência de tais documentos.

## Estatuto Social da Companhia – Assembleia

Para facilitar a referência e consulta, destacamos abaixo as regras previstas no Estatuto Social da Companhia relativas à Assembleia. Para acessar a íntegra do Estatuto Social da RD, [clique aqui](#).

### Capítulo IV – Assembleia Geral

**Artigo 15** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social.

**Artigo 16** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

**Artigo 17** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das S.A. e observado o disposto no parágrafo onze do artigo 24 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

**Parágrafo Segundo** - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A. e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Não obstante as obrigações contidas neste parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos, pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

**Artigo 18** - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;



- i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das Reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

*Em atendimento ao disposto nos artigos 11 e 13 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).*

A administração da **RAIA DROGASIL S.A.** apresenta sua proposta (“Proposta”) relativamente às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de setembro de 2020, às 15 horas, conforme abaixo:

### **(a) Desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 (cinco) ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente na data da deliberação, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do caput e do parágrafo quinto do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia**

Propomos o desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 5 (cinco) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social. Para fins de esclarecimento, para cada ação ordinária de sua titularidade, o acionista receberá, em função do desdobramento, mais 4 (quatro) ações da mesma espécie, ficando, ao final, com 5 (cinco) ações ordinárias da Companhia. Dessa forma e caso aprovado o desdobramento de ações, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 1.651.930.000 (um bilhão seiscentas e cinquenta e um milhões e novecentas e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e a autorização para aumento do capital social independentemente de reforma estatutária a ser de até 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias com a consequente alteração do caput e do parágrafo quinto do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado no Anexo I a esta Proposta.

O desdobramento de ações proposto pela Administração da Companhia tem por finalidade: (i) aumentar a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado; e (ii) possibilitar um ajuste na cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia, tornando o preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.

As ações resultantes do desdobramento conferirão integralmente aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes, inclusive em relação à distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídas pela Companhia após o desdobramento.

A Companhia comunicará aos seus acionistas oportunamente a data em que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex-desdobramento” e a data na qual as ações resultantes do desdobramento serão creditadas aos acionistas.

Considerando que o desdobramento de ações será realizado de forma que cada ação de emissão da Companhia seja desdobrada em 5 ações da mesma espécie, não haverá sobras decorrentes de frações de ações.

### **(b) Alteração do parágrafo quarto do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia**

Propomos que o Estatuto Social da Companhia seja alterado, conforme detalhado no Anexo I a esta Proposta, de modo a esclarecer que a nomenclatura do cargo do diretor é Diretor(a) Vice Presidente de Transformação Digital, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2020.

### **(c) Alteração do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia**

Propomos que o Estatuto Social da Companhia seja alterado, conforme detalhado no Anexo I a esta Proposta, de modo a esclarecer que a representação da Companhia poderá se dar por membros da Diretoria e não apenas por membros denominados Diretores Vice-Presidentes, ou seja, que todos os membros da Diretoria podem representar a Companhia, nos termos do Estatuto Social.

### **(d) Consolidação do Estatuto Social da Companhia**

Consolidar o estatuto social em razão das demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral. O quadro comparativo que destaca as propostas de alteração do Estatuto Social com marcas de revisão, bem como as suas justificativas, e a versão consolidada do Estatuto Social que se propõe aprovar, conforme exigido pela Instrução CVM 481, encontram-se nos Anexos I e II a essa Proposta.

#### **(e) Aprovação de Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)**

A Administração da Companhia propõe a aprovação do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”), o qual tem o objetivo de atrair, motivar e reter os principais executivos da Companhia, em linha com a estratégia de incentivo de longo prazo da Companhia.

O valor estimado das despesas decorrentes do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”) para a outorga a ser realizada em 2020, de acordo com o CPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata do pagamento baseado em ações, é de, aproximadamente, R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Essa despesa, somada às demais despesas estimadas com a remuneração global da administração da Companhia para o exercício de 2020, não deve superar o limite aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2020 para fins do Art. 152 da Lei n. 6.404/76

Cópia do Plano de Outorga de Ações Restritas está transcrita no **Anexo III** desta proposta, e as informações acerca do Plano de Outorga de Ações Restritas, nos termos do Anexo 13 da Instrução CVM 481, estão descritas no **Anexo IV** desta proposta.

A Administração esclarece que a aprovação do presente Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”) não substitui o plano de ações restritas vigente na Companhia, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014, o qual continua em pleno vigor e efeito, de acordo com os seus termos.

#### **A Administração**

## ANEXO I

### Alterações Estatutárias Propostas

(Conforme Artigo 11 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

- Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM MARCAS)	JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS
CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO		
SEÇÃO II – DIRETORIA		
<p><b>ARTIGO 4º</b> - O capital social da Companhia é de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 330.386.000 (trezentos e trinta milhões, trezentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p><b>ARTIGO 4º</b> - O capital social da Companhia é de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em <del>330.386.000 (trezentos e trinta milhões, trezentas e oitenta e seis mil)</del> 1.651.930.000 (um bilhão, seiscentas e cinquenta e um milhões e novecentas e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Alteração para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 5 (cinco) ações da mesma espécie.</p> <p>O desdobramento proposto tem por finalidade aumentar a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado e possibilitar um ajuste na cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia, tornando o preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.</p>

<p><b>PARÁGRAFO QUINTO</b> - A Companhia poderá aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, até o limite de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, o qual é competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado</p>	<p><b>PARÁGRAFO QUINTO</b> - A Companhia poderá aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, até o limite de <del>400.000.000 (quatrocentos milhões)</del> 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, o qual é competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado</p>	<p>Alteração para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 5 (cinco) ações da mesma espécie.</p> <p>O desdobramento proposto tem por finalidade aumentar a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado e possibilitar um ajuste na cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia, tornando o preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.</p>
--	--	---

<p><b>ARTIGO 11</b> - Compete à Diretoria: <b>a)</b> coordenar e gerir os negócios sociais; <b>b)</b> observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; <b>c)</b> organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; <b>d)</b> abrir, fechar e movimentar contas bancárias; <b>e)</b> propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; <b>f)</b> transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; <b>g)</b> nomear procuradores em nome da Companhia; <b>h)</b> adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; <b>i)</b> autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; <b>j)</b> decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria; <b>l)</b> decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.</p> <p><b>PARÁGRAFO QUARTO</b> - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Digital: <b>a)</b> desenvolver, implementar e monitorar a transformação digital da Companhia; <b>b)</b> desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da Companhia,</p>	<p><b>ARTIGO 11</b> - Compete à Diretoria: <b>a)</b> coordenar e gerir os negócios sociais; <b>b)</b> observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; <b>c)</b> organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; <b>d)</b> abrir, fechar e movimentar contas bancárias; <b>e)</b> propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; <b>f)</b> transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; <b>g)</b> nomear procuradores em nome da Companhia; <b>h)</b> adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; <b>i)</b> autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; <b>j)</b> decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria; <b>l)</b> decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.</p> <p><b>PARÁGRAFO QUARTO</b> - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de <b>Transformação</b> Digital: <b>a)</b> desenvolver, implementar e monitorar a transformação digital da Companhia; <b>b)</b> desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da</p>	<p>Adequar a nomenclatura do cargo do diretor para Diretor(a) Vice Presidente de Transformação Digital no parágrafo quarto do artigo, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2020.</p>
---	---	--

priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia.	Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia.	
---	--	--

<p><b>ARTIGO 14</b> - A Companhia obrigar-se-á: a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores Vice Presidentes; b) pela assinatura conjunta de um(a) Diretor(a) Vice Presidente e um(a) procurador(a), legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, legalmente constituídos em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou c) pela assinatura individual de qualquer Diretor(a) Vice Presidente ou de um procurador(a), desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “<i>ad judicia</i>” também poderão representar a Companhia individualmente.</p>	<p><b>ARTIGO 14</b> - A Companhia obrigar-se-á: a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) <del>Diretores Vice Presidentes</del> membros da Diretoria; b) pela assinatura conjunta de um(a) <del>Diretor(a) Vice Presidente</del> membro da Diretoria e um(a) procurador(a), legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, legalmente constituídos em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou d) pela assinatura individual de qualquer <del>Diretor(a) Vice Presidente</del> membro da Diretoria ou de um procurador(a), desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “<i>ad judicia</i>” também poderão representar a Companhia individualmente.</p>	<p>A alteração visa esclarecer que a representação da Companhia poderá se dar por membros da Diretoria e não apenas por membros denominados Diretores Vice-Presidentes, ou seja, que todos os membros da Diretoria podem representar a Companhia, nos termos do Estatuto Social.</p>
---	---	--



## ANEXO II

### Estatuto Social Consolidado

- **Cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas**

#### Estatuto Social Consolidado

#### RAIA DROGASIL S.A.

(alterado e consolidado através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2020)

#### CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO

**ARTIGO 1º** - A Companhia denomina-se **RAIA DROGASIL S.A.** (“Companhia”), tem sua sede e foro na Capital do Estado de São Paulo e reger-se-á por este Estatuto Social, pela Lei n. 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, transferir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

**ARTIGO 2º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto: **a)** o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de medicamentos alopáticos e homeopáticos, insumos e artigos farmacêuticos, produtos correlatos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; **b)** a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos (“PBM”) no setor privado e público, prestação de serviços comunitários, tais como recebimento de contas de água, luz, telefone, energia elétrica, de impostos e taxas em geral, pagamentos e recebimentos em geral, bem como venda de ingressos para teatro, shows, e outros espetáculos, inclusive esportivos, entre outros, serviço de revelação de fotografias e outros afetos ao seu objeto social; **c)** loja de conveniência e “drugstore”,

destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre os quais o comércio de alimentos em geral e correlatos; **d)** comercialização de produtos oftalmológicos e de artigos de ótica, cine, foto e som, eletrodomésticos, fitas, discos, livros, jornais, revistas e impressos em geral, cartões telefônicos e serviços relativos ao objeto social; **e)** a publicação e distribuição gratuita/e ou onerosa de jornais, revistas e periódicos; **f)** a manipulação de fórmulas de medicamentos, cosméticos e produtos afins, restrita esta atividade às filiais expressamente indicadas como “Farmácia de Manipulação”; **g)** importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; **h)** o transporte de mercadorias; **i)** a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; **j)** o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; **k)** a participação em outras sociedades; **l)** inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio; **m)** a prestação de serviços de vacinação e imunização humana; e **n)** atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente .

## **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**ARTIGO 4º** - O capital social da Companhia é de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em ~~330.386.000 (trezentos e trinta milhões, trezentos e oitenta e seis mil)~~ 1.651.930.000 (um bilhão, seiscentas e cinquenta e um milhões e novecentas e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e/ou partes beneficiárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todas as ações da Companhia têm a forma escritural, sendo mantidas em conta de depósito junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Poderá a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência em tesouraria, observadas as normas expedidas pela CVM.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A Companhia poderá aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, até o limite de ~~400.000.000 (quatrocentos milhões)~~ 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações, por deliberação do Conselho de Administração, o qual é competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O Conselho de Administração poderá, no limite do capital autorizado estabelecido no parágrafo quinto deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Pode ser reduzido ou excluído o direito de preferência, na emissão de ações,

debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

### **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 5º** - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria em seus cargos dar-se-á mediante a assinatura de termo de posse nos Livros de Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme o caso, dispensada qualquer garantia de gestão, e fica condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a)-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, qualquer dos órgãos de administração reunir-se-á validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e deliberará pelo voto da maioria dos presentes.

**PARÁGRAFO SEXTO** - É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - São considerados presentes os membros que manifestarem seu voto (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou, ainda, (iii) no caso de membro do Conselho de Administração, por qualquer das formas admitidas no artigo 7º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

#### **SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 6º** - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Conselheiro eleito mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das S.A. será considerado independente, na hipótese de haver acionista controlador.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O membro do Conselho de Administração não pode ter acesso a informações ou participar de deliberações do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente; e/ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os membros efetivos e respectivos suplentes serão empossados no mesmo ato e os suplentes, nas ausências ou impedimentos temporários dos membros efetivos, os substituirão, observadas as disposições deste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O (A) Presidente do Conselho de Administração será indicado(a) pela Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do seu substituto, a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data da referida vacância.

**PARÁGRAFO NONO** - Vagando por qualquer motivo os demais cargos de membro efetivo do Conselho, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, o(a) Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para realizar a eleição dos novos membros.

**ARTIGO 7º** - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo(a) Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado(a) pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um Conselheiro(a) indicado pelo(a) presidente da reunião em questão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos Conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os Diretores poderão ser convocados para prestar esclarecimentos nas reuniões do Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Cada Conselheiro(a) tem direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, assinadas por todos os membros presentes e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas.

**ARTIGO 8º** - Ao Conselho de Administração compete:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “o)” deste artigo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos, assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações;
- b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores;
- c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de (i) bens imóveis que representem 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ou mais do Patrimônio Líquido da Companhia; e (ii) participações societárias;
- e) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;
- f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes da Companhia;
- g) aumentar o capital social, bem como a emissão de ações da Companhia, sem aprovação em Assembleia Geral, nos limites autorizados no parágrafo 5º do artigo 4º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização;
- h) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social;
- i) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, de acordo com a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;
- j) aprovar o Orçamento Anual;
- k) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária;
- l) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias, com valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;
- m) aprovar transações de compra, venda, oneração ou arrendamento, individuais ou vinculadas entre si, que resultem em obrigações para a Companhia, que comprometam os seus ativos ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela em montante igual ou superior a

- (i) 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido para conjunto de ativos permanentes e intangíveis salvo o disposto no item d) acima e no item (ii) a seguir e na celebração de contratos em geral, salvo para a aquisição de mercadorias de revenda, considerada toda a sua vigência; ou (ii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido para fundos de comércio relativos a pontos comerciais. O Patrimônio Líquido será tomado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- n)** deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor;
  - o)** aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um);
  - p)** deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
  - q)** declarar dividendos intermediários e intercalares;
  - r)** outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral;
  - s)** definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social;
  - t)** apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia;
  - u)** deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;
  - v)** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;
  - w)** aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;
  - x)** aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas;
  - y)** deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de ações a ser submetida à Assembleia Geral;
  - z)** definir e alterar qualquer das políticas de capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas;
  - aa)** deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes

e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do conselho de administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação às matérias listadas nos itens d), g), m), n), p), r), t), x), y) e z) deste artigo. Com relação ao item r), somente será aplicável o disposto aqui se envolver valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;

**bb)** manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta disponíveis no Mercado; e outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

**cc)** aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e dos Comitês e as suas respectivas alterações;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para os fins deste artigo 8º, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros do Conselho de Administração, os Diretores e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

**ARTIGO 9º** - Ao Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, o conselheiro que o substituir nos termos deste Estatuto Social, compete: **a)** convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais da Companhia; **b)** elaborar a ordem do dia das reuniões do Conselho de Administração; **c)** presidir os Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º ou indicar seu presidente; e **d)** convocar os Diretores e os auditores independentes para participar das reuniões do Conselho de Administração, sempre que julgar necessário.

## **SEÇÃO II - DIRETORIA**

**ARTIGO 10** - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um(a) Diretor(a)-Presidente, um(a) Diretor(a) Vice Presidente Comercial e Marketing, um(a) Diretor(a) Vice Presidente de Transformação Digital, um(a) Diretor(a) Vice Presidente Financeiro e Administrativo, um(a) Diretor(a) Vice Presidente de Operações de Loja, Multicanal e Expansão, um(a) Diretor(a) Vice Presidente de Gente, Cultura e Sustentabilidade, um(a) Diretor(a) Vice Presidente de

Negócios de Saúde e um(a) Diretor(a) Vice Presidente de Planejamento Corporativo, RI e M&A e mais 3 (três) diretores sem designação específica.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de impedimento temporário do(a) Diretor(a)-Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, ou caso ocorra a vacância do cargo, o Conselho de Administração poderá indicar um(a) Diretor(a)-Presidente substituto dentre os Diretores ou membros do Conselho, que exercerá provisoriamente o mandato até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo Diretor(a)-Presidente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de impedimento temporário de um(a) Diretor(a) Vice Presidente por período superior a 30 (trinta) dias ou no caso de vacância do cargo, o(a) Diretor(a)-Presidente poderá, a seu exclusivo critério, acumular ele mesmo a função ou nomear um substituto dentre os demais Diretores para que a acumule em caráter provisório até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo(a) Diretor(a) Vice Presidente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para os fins do disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, a morte, a renúncia, o impedimento comprovado, a invalidez ou a ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Caso o Conselho de Administração eleja algum dos diretores sem designação específica, conforme caput deste artigo, deverá, no mesmo ato da eleição, definir a nomenclatura do cargo e as suas competências.

**ARTIGO 11** - Compete à Diretoria: **a)** coordenar e gerir os negócios sociais; **b)** observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; **c)** organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; **d)** abrir, fechar e movimentar contas bancárias; **e)** propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; **f)** transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; **g)** nomear procuradores em nome da Companhia; **h)** adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; **i)** autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; **j)** decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria; **l)** decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Sem prejuízo das competências gerais da Diretoria, compete ao(a) Diretor(a)-Presidente: **a)** estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; **b)** dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; **c)** dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; **d)** nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; **e)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **f)** representar institucionalmente a Companhia; e **g)** participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Financeiro e Administrativo: **a)** disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia; **b)** gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a Companhia junto a instituições financeiras; **c)** preparar os demonstrativos contábeis da Companhia, assegurando a correta contabilização das transações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações fiscais; **d)** zelar pelos imóveis de propriedade da Companhia ou por ela locados, administrando os contratos de locação, contratando apólices de seguros conforme a política de gestão de riscos da Companhia, garantindo a sua tempestiva manutenção e preservando a segurança patrimonial; e **e)** negociar a aquisição de ativos, insumos e serviços não mercantis, salvo a contratação de novos pontos comerciais, de valor relevante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Comercial e Marketing: **a)** desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; **b)** acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de *merchandising*; **c)** desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão das vendas, loja a loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; **d)** gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; **e)** definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; **f)** definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de [Transformação](#) Digital: **a)** desenvolver, implementar e monitorar a transformação digital da Companhia; **b)** desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia.

**PARAGRAFO QUINTO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Operações de loja, Multicanal e Expansão: **a)** desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; **b)** promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; **c)** liderar, supervisionar e monitorar a operação de loja; **d)** monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; **e)** supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais.; **f)** desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; **g)** definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia; **h)** negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e **i)** supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas.

**PARAGRAFO SEXTO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Gente, Cultura e Sustentabilidade: **a)** desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; **b)** zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; **c)** planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; **d)** gerenciar as despesas de pessoal da Companhia; **e)** administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; **f)** assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Negócios de Saúde: **a)** definir as estratégias dos negócios de saúde; e **b)**; desenvolver, implementar e monitorar os meios de atuação da Companhia na área de saúde e novos mercados.

**PARAGRAFO OITAVO** - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Planejamento Corporativo, Relações com Investidores e M&A: **a)** liderar o planejamento estratégico da Companhia e monitorar a sua implementação; **b)** coordenar o desenvolvimento do orçamento, a sua aprovação junto ao Conselho de Administração e monitorar a sua execução; **c)** desenvolver e revisar projeções econômicas e financeiras de curto, médio e longo prazo; **d)** reportar o desempenho financeiro mensal, trimestral e anual da Companhia ao Conselho de Administração; **e)** zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e pela obtenção de um adequado retorno sobre o capital investido; **f)** representar a Companhia perante associações e outros *stakeholders* nos mercados farmacêutico, de varejo e de higiene e beleza; **g)** representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; **h)** divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; **i)** prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de *rating* quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; **j)** manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM; **k)** liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e **l)** coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração; **m)** coordenar as iniciativas de potenciais parcerias, aquisições ou empreendimentos conjuntos.

**PARAGRAFO NONO** - Compete aos Diretores assistir e auxiliar o(a) Diretor(a)-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhe tenham sido atribuídas neste Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 12** - A Diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As reuniões ordinárias da Diretoria serão realizadas mensalmente. As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor(a), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através de carta com aviso de recebimento, correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos da ordem do dia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As reuniões da Diretoria serão dirigidas pelo(a) Diretor(a)-Presidente ou, na ausência deste, por um(a) Diretor(a) Vice Presidente por ele indicado, e secretariadas por qualquer outro(a) Diretor Vice Presidente. Caso, por qualquer razão, o Diretor(a)-Presidente não indique seu substituto para a direção da reunião da Diretoria em questão, o(a) Diretor(a)-Presidente será substituído pelo(a) Diretor(a) Financeiro e Administrativo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Caberá ao(a) Diretor(a)-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. Caso o(a) Diretor(a)-Presidente, seja voto vencido, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por

todos os Diretores presentes.

**ARTIGO 13** - A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Companhia e que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observadas as disposições deste Estatuto Social.

**ARTIGO 14** - A Companhia obrigará-se-á: a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) ~~Diretores~~ ~~Vice-Presidentes~~ ~~membros da Diretoria~~; b) pela assinatura conjunta de um(a) ~~Diretor(a)~~ ~~Vice-Presidente~~ ~~membro da Diretoria~~ e um(a) procurador(a), legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, legalmente constituídos em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou d) pela assinatura individual de qualquer ~~Diretor(a)~~ ~~Vice-Presidente~~ ~~membro da Diretoria~~ ou de um procurador(a), desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “ad judícia” também poderão representar a Companhia individualmente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Com exceção das procurações outorgadas para advogados com poderes de representação da Companhia em quaisquer processos judiciais ou administrativos, todas as procurações outorgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por 2 (dois) Diretores e terão prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, vedado o substabelecimento, sob pena de nulidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por administradores, procuradores ou empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social ou aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - São da mesma forma proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por quaisquer dos administradores ou representantes da Companhia em desacordo com este Estatuto Social.

#### **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 15** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social.

**ARTIGO 16** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo (a) Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função

de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

**ARTIGO 17** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das S.A. e observado o disposto no parágrafo onze do artigo 24 deste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A. e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Não obstante as obrigações contidas neste parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos, pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

**ARTIGO 18** - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das

ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das Reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 19** - O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e é instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Conselho Fiscal elege o seu Presidente na primeira reunião e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado na primeira reunião do Conselho Fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupa o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deve ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**PARÁGRAFO NONO** - Não pode ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantenha vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("Concorrente"), estando vedada, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de controlador ou controlada da Concorrente; e/ou (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de

órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de controlador ou controlada da Concorrente.

## **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO**

**ARTIGO 20** - O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem, após manifestação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, submetidas à Assembleia Geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes.

**ARTIGO 21** - Com as demonstrações financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das S.A., conforme o disposto no parágrafo primeiro deste artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., observada a seguinte ordem de dedução: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, que não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.; e **c)** importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembleia Geral poderá, observado o disposto no artigo 152 da Lei de S.A., atribuir aos administradores uma participação nos lucros, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nos casos, formas e limites legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O saldo remanescente dos lucros, se houver, deve ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deve ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização de Reservas de Lucros ou de Reservas de Capital, observada a legislação aplicável.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os dividendos declarados não rendem juros nem são corrigidos monetariamente e, se não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que sejam postos à disposição do acionista, prescrevem e serão revertidos em favor da Companhia.

**ARTIGO 22** - Por proposta da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, pode a Companhia declarar, pagar ou creditar dividendos ou juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para fins do previsto no *caput* deste artigo, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e, por deliberação do Conselho de Administração, poderá elaborar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados e de Reserva de Lucros então apurados ou dividendos intercalares, à conta dos lucros apurados no exercício, observadas as prescrições legais. As eventuais importâncias pagas como dividendos intercalares poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social, as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e, neste caso, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

## **CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE E SAÍDA DO NOVO MERCADO**

**ARTIGO 23** - A alienação direta ou inteira de controle da Companhia, tanto por meio de uma operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("Oferta Pública") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**ARTIGO 24** - Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo de Acionistas que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) ("Acionista Adquirente") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste artigo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia será

definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto e seguindo os procedimentos previstos neste artigo, não podendo ser inferior ao equivalente a 100% (cem por cento) do maior dos seguintes valores: (i) média ponderada, por volume de negociações, dos 90 (noventa) últimos pregões antecedentes à data do evento de que trata o *caput* do presente artigo; (ii) valor da ação na última OPA realizada e efetivada nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data do evento de que trata o *caput* do presente artigo, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e (iii) valor econômico da Companhia, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com acionistas que representem mais de 30% (trinta por cento) do capital da Companhia;
- (ii) a dispensa da realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e
- (iii) não serão computadas as ações detidas pelo Acionista Adquirente para fins do quórum de deliberação, conforme item (ii) acima.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O Acionista Adquirente está obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM e da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos máximos previstos na regulamentação aplicável.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará a Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme o disposto no artigo 120 da Lei das S.A.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e do artigo 25 deste



Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste artigo.

**PARÁGRAFO NONO** - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

**PARÁGRAFO DEZ** - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social com o cancelamento de ações.

**PARÁGRAFO ONZE** - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia de que trata o parágrafo nono acima é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação manifestados na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. Esta Assembleia Geral, se instalada em primeira convocação, deve contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, pode contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

**PARÁGRAFO DOZE** - O disposto neste artigo 24 não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2011 e seus sucessores.

**PARÁGRAFO TREZE** - Os laudos de avaliação de que trata este Estatuto Social devem ser elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e que seja independente da Companhia, de seus administradores e/ou controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º.

**PARÁGRAFO QUATROZE** - Os custos de elaboração do laudo de avaliação devem ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública.

**PARÁGRAFO QUINZE** - Para os fins do disposto neste artigo, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo

de Acionistas.

“Derivativos” significa quaisquer derivativos liquidáveis em ações de emissão da Companhia e/ou mediante pagamento em moeda corrente, negociados em bolsa, mercado organizado ou privadamente, que sejam referenciados em ações ou qualquer outro valor mobiliário de emissão da Companhia.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, “trusts”, condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

“Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, observado o disposto neste artigo.

**ARTIGO 25** - A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida por oferta pública de ações da Companhia, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A oferta pública de ações mencionada no parágrafo anterior poderá ser dispensada por Assembleia Geral instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas

que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação ou, em segunda convocação, com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações em circulação. A deliberação deverá ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes à Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de ações com as mesmas características da oferta em caso de saída voluntária do Novo Mercado, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**ARTIGO 26** - Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes dessa reorganização devem pleitear o ingresso no segmento de listagem do Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação presentes na Assembleia Geral deve dar anuência a essa estrutura.

**ARTIGO 27** - É facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta pública e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

**ARTIGO 28** - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM podem assegurar a sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela própria Companhia, desde que não haja prejuízo para os destinatários da Oferta Pública e que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que seja concluída, com a observância das regras aplicáveis.

## **CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL**

**ARTIGO 29** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 29 acima.

## **CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 30** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

## **CAPÍTULO X - OUTRAS DISPOSIÇÕES**

**ARTIGO 31** - Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. e demais disposições aplicáveis, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

**ARTIGO 32** - A Companhia indenizará e manterá indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando diretamente ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal à luz do preceito constitucional da presunção da inocência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Este direito à assunção ou reembolso das despesas pela Companhia não inclui eventuais multas ou indenizações pagas ou devidas pelos Beneficiários como parte da celebração voluntária de Termo de Compromisso ou de outras espécies de acordos por eles pactuados nas esferas administrativas, civil ou penal, incluindo, mas não limitados aos órgãos reguladores e ao Ministério Público, sendo certo que, neste caso, estas despesas serão de responsabilidade exclusiva dos Beneficiários.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de condenação dos Beneficiários confirmada por decisão judicial ou administrativa transitada em julgado, os Beneficiários perderão o direito a qualquer indenização ou ressarcimento a ela relacionados por parte da Companhia, sendo certo que todos os custos e despesas que tenham sido previamente desembolsados ou restituídos pela Companhia deverão ser ressarcidos pelos Beneficiários, estando tais valores sujeitos à correção pela inflação do momento de pagamento pela Companhia até o seu efetivo ressarcimento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos relativos a este artigo 32, sendo certo que o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos será de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Conforme o artigo 6º, parágrafo 4º deste Estatuto, não poderão participar desta deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

\* \* \* \*

## ANEXO III

### Cópia do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)

(conforme Anexo 13 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

- **Cópia do plano proposto**

#### PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

O presente Plano de Outorga de Ações Restritas é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

#### 1. Definições

**1.1.** As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em maiúscula, terão os significados a elas atribuídos a seguir, salvo se expressamente previsto em contrário:

“Ações Restritas” significa as ações ordinárias de emissão da Companhia, outorgadas aos Beneficiários e sujeitas às restrições previstas no presente Plano e no respectivo Contrato de Outorga;

“B3” significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

“Beneficiários” significa quaisquer diretores ou empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle, selecionados pelo Conselho de Administração e em favor dos quais a Companhia venha a outorgar uma ou mais Ações Restritas, nos termos deste Plano;

“Companhia” significa a Raia Drogasil S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 3.097, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.585.865/0001-51;

“Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia;

“Contrato de Outorga” significa o instrumento particular de outorga de Ações Restritas celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual a Companhia outorga Ações Restritas ao Beneficiário;

“Data de Outorga” significa, salvo se de outra forma expressamente previsto nos Contratos de Outorga, 1º de janeiro do ano em que as Ações Restritas foram outorgadas e o respectivo Contrato de Outorga assinado pelo Beneficiário, válido inclusive para todo o ano 2020, a partir de 1/1/2020;

“Desligamento” significa o término da relação jurídica de administrador ou empregado entre o

Beneficiário e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, a renúncia, destituição, substituição ou o término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento;

“ICVM 567” significa a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567, de 17 de setembro de 2015;

“IRRF” significa Imposto sobre a Renda Retido na Fonte;

“Período de Carência” significa o período de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Outorga;

“Plano” significa o presente Plano de Outorga de Ações Restritas;

“WACC” significa o “*Weighted Average Cost Of Capital*”, indicador referente ao custo médio ponderado de capital da Companhia, que será determinado pelo Conselho de Administração a cada outorga e previsto nos Contratos de Outorga.

## **2. Objetivos do Plano**

**2.1.** O Plano tem por objetivo permitir a outorga de uma quantidade alvo de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final a que o Beneficiário fará efetivamente jus dependerá do cumprimento de determinadas condições estabelecidas neste Plano e no respectivo Contrato de Outorga, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia; (b) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (c) estimular a permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

## **3. Beneficiários**

**3.1.** Caberá ao Conselho de Administração selecionar os Beneficiários que participarão do Plano a cada nova outorga.

## **4. Administração do Plano**

**4.1.** O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do Plano, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração.

**4.2.** Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, observados os termos gerais do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;
- (b) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas nos termos do presente Plano, bem como a modificação de tais

condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios deste Plano e o disposto nos respectivos Contratos de Outorga;

- (c) a autorização para transferência de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas, nos termos do Plano e da ICVM 567, ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas em dinheiro;
- (d) definir o WACC a ser incluído em cada Contrato de Outorga, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos; e
- (e) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do Plano.

**4.3.** No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e neste Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

**4.4.** As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

## **5. Outorga de Ações Restritas**

**5.1.** Anualmente ou sempre que entender adequado, o Conselho de Administração da Companhia definirá os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas e a quantidade alvo de Ações Restritas que será outorgada a cada Beneficiário ("Quantidade Alvo"), sendo que a quantidade de Ações Restritas que será efetivamente entregue dependerá do cumprimento das condições previstas neste Plano, especialmente conforme disposto na Cláusula 8 abaixo.

**5.2.** A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários.

**5.3.** A transferência das Ações Restritas para o Beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano e nos Contratos de Outorga, de modo que a outorga do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

**5.4.** As Ações Restritas entregues aos Beneficiários terão os direitos estabelecidos neste Plano e nos respectivos Contratos de Outorga, sendo certo que o Beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") relativos às Ações Restritas, até a data da efetiva transferência da titularidade das Ações Restritas para os Beneficiários.

**5.5.** O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em

caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas, conforme vier a ser acordado e previsto no respectivo Contrato de Outorga.

**5.6.** O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas, observados os termos deste Plano.

## **6. Ações Sujeitas ao Plano**

**6.1.** Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, ações representativas de até 2% (dois por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano, o qual poderá ser ajustada nos termos do item 11.2 deste Plano.

**6.2.** Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas em dinheiro, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis quando da referida liquidação em dinheiro.

**6.3.** As Ações Restritas recebidas nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie após o efetivo recebimento pelo Beneficiário, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração e prevista no Contrato de Outorga.

## **7. Preço de Referência das Ações Restritas**

**7.1.** Exceto se decidido de forma diversa pelo Conselho de Administração em virtude do cenário existente, o preço de referência por Ação Restrita, para fins de determinação da Quantidade Alvo que será outorgada a cada Beneficiário, será equivalente à média de cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores a 01 de janeiro do ano em que ocorrer a outorga da Quantidade Alvo e a celebração do respectivo Contrato de Outorga ("Preço de Referência").

## **8. Condições para Recebimento das Ações Restritas**

**8.1.** Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga e das disposições aplicáveis no caso de Desligamento conforme previsto no item 9 abaixo, o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Restritas outorgadas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o Período de Carência; e (b) o preço de cotação da ação da Companhia na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores ao último dia do Período de Carência deverá ser superior a 90% (noventa por cento) do Preço de Referência, corrigido pelo WACC acumulado e deduzido da distribuição de dividendos e JCP realizada no Período de Carência. Caso as condições constantes nos itens (a) e (b) acima sejam cumpridas, o Beneficiário fará jus a um percentual da Quantidade Alvo outorgada, a depender do quadrante de atingimento da meta constante no item (b) acima, conforme matriz



abaixo. Em qualquer hipótese, a quantidade máxima de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus não poderá superar 120% (cento e vinte por cento) da Quantidade Alvo outorgada.

Atingimento da Meta: Preço da ação ao final do Período de Carência Vs. Preço de Referência corrigido pelo WACC acumulado e deduzido de dividendos e JCP	Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus
Menor que 90%	0
Entre 90% e 94,99%	70%
Entre 95% e 99,99%	85%
Entre 100% e 104,99%	100%
Entre 105% e 110%	105%
Acima de 110%	120%

**8.2.** A Companhia irá transferir as Ações Restritas a que o Beneficiário faz jus apenas após as devidas retenções de tributos nos termos do item 11.7 abaixo, inclusive mediante redução no número de ações a ser entregue em razão da retenção de tributos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do Período de Carência ou outro prazo acordado com o Beneficiário.

**8.3.** Sem prejuízo dos itens 8.1 e 8.2 acima, os Beneficiários não poderão alienar, transferir, vender, alugar, onerar ou de qualquer forma negociar com 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de transferência das Ações Restritas pela Companhia ao Beneficiário ("**Lock-Up**"). Decorrido esse período de Lock-Up, as referidas Ações Restritas passarão a ser livres e desembaraçadas de quaisquer restrições, podendo o Beneficiário livremente negociar tais ações. O Beneficiário deverá manter as Ações Restritas junto ao banco escriturador e fora do ambiente de negociação da B3 e, na medida do possível, as referidas ações deverão ser gravadas junto ao banco escriturador para prever o Lock-Up. A Companhia poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de cumprimento da obrigação de Lock-Up pelo Beneficiário e exigir a adoção de determinados procedimentos que viabilizem o acompanhamento e controle do Lock-Up. Para que não parem dúvidas, na hipótese de Desligamento do Participante, por qualquer motivo, após o recebimento das Ações Restritas, a parcela das Ações Restritas sujeita ao Lock-Up permanecerá sujeita ao Lock-Up.

**8.4.** O direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga;
- (ii) se a Companhia tiver sua falência decretada; ou
- (iii) nas hipóteses previstas no item 9 deste Plano.

## **9. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos**

**9.1.** Se, a qualquer tempo, o Beneficiário desligar-se da Companhia:

- (i) (a) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por (b.1) meio de demissão por justa causa

nos termos da legislação em vigor ou (b.2) destituição do seu cargo de administrador por justo motivo decorrente de (i) violação dos seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários, (ii) rescisão motivada do contrato que regule o vínculo entre a Companhia e o Beneficiário; (iii) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (iv) prática de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas sociedades controladas; (v) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de suas sociedades controladas; (vi) assédio ou violação grave das políticas e códigos da Companhia: o Beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas outorgadas e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas;

(ii) por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha incorrido em qualquer evento que resulte em destituição por justo motivo ou demissão por justa causa nos termos do item (i) acima: o Beneficiário fará jus a receber, ao final do Período de Carência, uma quantidade *pro rata* da Quantidade Alvo de Ações Restritas outorgado nos termos do respectivo Contrato de Outorga, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de  $X/1460$ , onde “X” é o número de dias decorridos entre a data de início do Período de Carência e a data do Desligamento, sendo certo, no entanto, que a quantidade efetiva de Ações Restritas que o Beneficiário terá direito de receber dependerá do atingimento da meta de desempenho constante do item 8.1(b) acima, conforme matriz de desempenho constante do item 8.1 acima, a qual será aplicada sobre a Quantidade Alvo *pro rata* a que o Beneficiário tem direito nos termos desta Cláusula. Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e o Beneficiário somente receberá as referidas Ações Restritas a que tem direito na mesma data inicialmente prevista no Contrato de Outorga e neste Plano, isto é, após o decurso do Período de Carência, observadas as deduções e retenções legais, conforme disposto no item 11.7 abaixo;

(iii) em virtude de aposentadoria do Beneficiário: caso a Companhia e o Beneficiário concordem que o Desligamento está se dando por aposentadoria do Beneficiário, o Beneficiário fará jus a receber (a) no prazo de até 60 (sessenta) dias contados na data de formalização do seu Desligamento, 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo de Ações Restritas outorgado nos termos do respectivo Contrato de Outorga, de modo que 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo outorgada ao Beneficiário se tornará imediatamente vestida, independentemente do decurso do Período de Carência; e (b) após um período de 12 (doze) meses contatos da data de formalização do seu Desligamento, 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo outorgada nos termos do respectivo Contrato de Outorga, desde que o Beneficiário cumpra com as obrigações de não competição e não aliciamento a serem fixadas no instrumento que regule o seu Desligamento. Na hipótese prevista nesta Cláusula, não será aplicada a condição de performance constante do item 8.1(b) acima, de modo que a quantidade de Ações Restritas a ser entregue será equivalente à Quantidade Alvo, observadas as deduções legais, conforme disposto no item 11.7 abaixo.

(iv) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Beneficiário ou seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará jus a receber a totalidade da Quantidade Alvo outorgada nos termos do respectivo Contrato de Outorga, de modo que as Ações Restritas outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas, independentemente do decurso do Período de Carência, devendo a Companhia entregar as referidas Ações Restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do seu Desligamento. Na hipótese prevista nesta

Cláusula, não será aplicada a condição de performance constante do item 8.1(b) acima, de modo que a quantidade de Ações Restritas a ser entregue será equivalente à Quantidade Alvo, observadas as deduções legais, conforme disposto no item 11.7 abaixo.

**9.2.** Não obstante o disposto no item 9.1 acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras diversas das previstas no item 9.1 acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que não cause prejuízo ao Beneficiário em questão.

## **10. Prazo de Vigência do Plano**

**10.1.** O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, respeitados os Contratos de Outorga até então celebrados.

## **11. Disposições Gerais**

**11.1.** A outorga de Ações Restritas nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. Nestes casos, deverão ser respeitados os termos e condições deste Plano e caberá ao Conselho de Administração avaliar as alterações necessárias, para manter o objetivo deste Plano, sem prejuízo aos Beneficiários e à Companhia.

**11.2.** Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, os termos e condições do Plano deverão ser ajustados pelo Conselho de Administração de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e aos Beneficiários.

**11.3.** Nenhuma disposição do Plano ou Ação Restrita outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

**11.4.** Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante assinatura do Contrato de Outorga.

**11.5.** Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de Ações Restritas, poderá levar à revisão integral do Plano.

**11.6.** Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

**11.7.** Companhia está autorizada a proceder à retenção de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre o Plano e as Ações Restritas outorgadas, inclusive o IRRF, podendo operacionalizar a retenção do IRRF e demais tributos incidentes sobre o total de Ações Restritas, mediante a redução do número total de Ações Restritas a ser entregue ao Beneficiário, de forma proporcional ao impacto relativo ao tributo.

\*\*\*

## **ANEXO IV**

### **Informações acerca do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”)**

(conforme Anexo 13 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

- **Principais características do plano proposto**

- 1. Fornecer cópia do plano proposto**

A cópia do Plano de Outorga de Ações Restritas segue como **Anexo III** à presente proposta.

- 2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:**

- a. Potenciais beneficiários**

Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano de Outorga de Ações Restritas, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, diretores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle, conforme detalhado no item “d” abaixo.

- b. Número máximo de opções a serem entregues**

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações não prevê a entrega de opções.

- c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano**

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”), ações de emissão da Companhia representativas de até 2% (dois por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Outorga de Ações Restritas, percentual este que poderá ser ajustado nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia. Caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nas outorgas já realizadas, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

A Administração esclarece que na hipótese de aprovação da proposta de desdobramento de ações, a ser deliberada nesta mesma AGE, o número máximo de ações abrangidas pelo Plano será de 2% (dois por cento) pós-desdobramento.

- d. Condições de aquisição**

Anualmente, Conselho de Administração da Companhia definirá os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas e a quantidade alvo de Ações Restritas que será outorgada a cada Beneficiário ("Quantidade Alvo"), sendo que o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Restritas outorgadas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de 4 (quatro) anos contados a partir da data de outorga das Ações Restritas ("Período de Carência"); e
- (b) o preço de cotação da ação da Companhia na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores ao último dia do Período de Carência deverá ser superior a 90% (noventa por cento) do Preço de Referência, corrigido pelo WACC ajustado para refletir a distribuição de dividendos e JCP realizados no Período de Carência. "Preço de Referência" corresponderá à média de cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores a 01 de janeiro do ano em que ocorrer a outorga da Quantidade Alvo.

Caso as condições constantes nos itens (a) e (b) acima sejam cumpridas, o Beneficiário fará jus a um percentual da Quantidade Alvo outorgada, a depender do quadrante de atingimento da meta constante no item (b) acima, conforme matriz abaixo. Em qualquer hipótese, a quantidade máxima de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus não poderá superar 120% (cento e vinte por cento) da Quantidade Alvo outorgada.

<b>Preço da ação ao final do Período de Carência Vs. Preço de Referência, ajustado pelo WACC</b>	<b>Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus</b>
Menor que 90%	0
Entre 90% e 94,99%	70%
Entre 95% e 99,99%	85%
Entre 100% e 104,99%	100%
Entre 105% e 110%	105%
Acima de 110%	120%

**e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício**

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações Restritas estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

**f. Critérios para fixação do prazo de exercício**

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações Restritas estabelece que, quando superado o Período de Carência descrito no item "d" acima, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem pagamento de qualquer preço de exercício, conforme exposto no item "e" acima.

**g. Forma de liquidação de opções**

Não aplicável. Como mencionado acima, não haverá a entrega de opções no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas.

Com o propósito de satisfazer a outorga das ações restritas, nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da Instrução CVM 567/2015. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das ações restritas em dinheiro.

**h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano de Outorga de Ações Restritas poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de Ações Restritas realizadas anteriormente à extinção do Plano de Outorga de Ações permanecerão em vigor. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia poderá ensejar a revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

**3. Justificar o plano proposto, explicando:**

**a. Os principais objetivos do plano**

O Plano de Outorga de Ações Restritas visa conceder aos executivos e empregados da Companhia, ou de sociedade sob seu controle, um incentivo de longo prazo que estimule os Beneficiários a permanecerem na Companhia e a tomarem decisões de longo prazo que tragam resultado positivo aos acionistas, já que o *vesting* das ações restritas está vinculado a tempo de permanência e ao atingimento de meta de performance, conforme descrito em (d) Condições de Aquisição, acima. Com isso, a Companhia visa: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia; (b) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (c) estimular a permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

**b. A forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os Beneficiários tornem-se acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, após cumprimento de determinadas condições, espera-se que estes tenham fortes incentivos de permanecer na Companhia e de comprometer-se efetivamente com a criação de valor no longo prazo, exercendo suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, maximizando, assim, seus lucros.

Ademais, ao vincular o direito às ações restritas ao cumprimento de metas de performance, acredita-se que os Beneficiários serão incentivados a buscar o atingimento das metas da Companhia, maximizando, assim, valor aos acionistas.

**c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia**

O Plano de Outorga de Ações Restritas se insere na política de remuneração da Companhia, uma vez que esta visa a concentrar parte relevante da remuneração total dos Beneficiários em componentes variáveis de longo prazo, conforme objetivos expostos no item “a” acima.

**d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”) alinha os interesses dos Beneficiários e da Companhia a curto, médio e longo prazo na medida em que são incentivados a permanecer na Companhia e a buscar contínuo incremento de valor, já que uma das condições para o recebimento das ações é o atingimento da meta de performance (com ganho exponencial ao executivo a medida que a meta for atingida até o limite de 120% da Quantidade Alvo). Com isso, espera-se que a Companhia tenha resultados positivos sustentáveis no curto, médio e longo prazo.

**4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto:**

O valor total das despesas estimadas do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”), de acordo com o CPC 10 R1 aprovado pela Deliberação de nº 650 da CVM de 16 de dezembro de 2010, que trata do pagamento baseado em ações, é estimado em R\$ 33.200.000,00 (trinta e três milhões e duzentos mil reais). Tal estimativa é elaborada exclusivamente para fins contábeis, em atenção à regulamentação pertinente, e não implica alteração da natureza do Plano de Outorga de Ações Restritas ou das regras e condições nele estabelecidas.